

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE TUTORIA NOS CURSOS DE LETRAS: O QUE APRENDI SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.

EDIANE PEREIRA DA CUNHA¹;
ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS³

¹Universidade Federal de Pelotas– ediane_pereira13@hotmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – alinencm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema as experiências vivenciadas durante o período de atuação como tutora no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal de Pelotas (NAI), que teve início no mês de fevereiro de 2023, se estendendo até o presente momento. Foram, portanto, dois semestres letivos decorridos neste período, durante os quais foram realizadas tutorias junto a educandos de diferentes cursos, em diferentes momentos, sendo eles: Letras Português-Espanhol, Letras- Redação e Revisão de textos, Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural e Letras-Libras. O compartilhamento de tais experiências, bem como das reflexões suscitadas se fazem de grande relevância no cenário atual, em que as pessoas com deficiência e transtornos, cada vez mais chegam ao Ensino Superior. Faz-se necessário, portanto, que a Universidade esteja preparada para acolher e responder de modo adequado às demandas e às necessidades educacionais específicas desses cidadãos.

2. METODOLOGIA

As tutorias que são citadas no presente trabalho ocorrem, no mínimo, semanalmente, podendo se dar mais de uma vez na semana, conforme a demanda de cada tutorado. São encontros que podem ser realizados presencialmente, devendo ser observada a condição de se realizarem dentro dos prédios da Universidade Federal de Pelotas, o que é mais comum, ou, ainda em formato remoto, o que ocorre mais raramente. Tendo em vista que o ambiente deveria ser o mais silencioso possível e deveria, preferencialmente, contar com computador para pesquisa e estudo, as tutorias foram, em sua maior parte, realizadas na Sala de Acessibilidade, situada nas dependências da Biblioteca do Campus Porto. As reuniões costumam ter duração de cinquenta minutos a uma hora, no início de cada semestre, o tutor entra em contato com os alunos atendidos a fim de estabelecer horários semanais em que ambos tenham disponibilidade, mas adaptações podem ser necessárias ao longo do semestre.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho enquanto tutor se mostra um grande desafio para o acadêmico em formação, uma vez que se sobrepõem dificuldades de duas naturezas distintas: as dificuldades impostas pelos conteúdos a serem trabalhados, levando em conta que são atendidos discentes de outros cursos, que não nosso curso de origem, ainda que na mesma grande área, somada ao desconhecimento que grande parte da comunidade acadêmica e sociedade em geral possui acerca das diferentes especificidades das pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais.

Um outro fator que causa questionamentos e estranhamentos em um primeiro momento, é delimitar qual o papel do tutor, uma vez que, por ser o trabalho realizado em um âmbito mais abrangente, não nos ocupamos do estudo e do ensino de uma disciplina específica, como ocorre nas monitorias, tampouco podemos pretender ocupar o lugar de docentes, tendo em vista que nos encontramos em processo de formação e os indivíduos por nós acompanhados não são nossos alunos, mas acadêmicos, assim como nós.

Os estudantes chegam ao ensino superior, muitas vezes, tendo vindo de uma trajetória no ensino básico em que foram tratados como incapazes de fazer o que outros colegas faziam, sempre sendo protegidos, ainda que fossem totalmente aptos a realizar as atividades com propriedade e autonomia.

Isso reflete de maneira negativa no processo de ensino-aprendizagem no ensino superior, tendo em conta que se exige, por parte do acadêmico, autorresponsabilidade. Muitos dos educandos que participam das tutorias se consideram dependentes das pessoas ao seu redor e mesmo que seja facilmente observável que poderiam realizar certas tarefas sozinhos (como revisar o conteúdo antes da tutoria, ir à biblioteca ou iniciar um trabalho antes da tutoria), se recusam a fazê-lo.

Cabe ao tutor aprender a lidar com esse momento de adaptação pacientemente, uma vez que não podemos atribuir ao educando a culpa pelos processos que enfrentou e pelo modo como a escola e a família lidaram com ele até o momento, penalizando-o com o desamparo. A lei de Inclusão, propõe a seguinte definição para a condição da pessoa com deficiência “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (Lei 13.146/2015, art. 2º).

Portanto, não podemos pensar que inclusão trata-se somente de propiciar o acesso das pessoas aos espaços, uma vez que não se deve desconsiderar a existente desigualdade de condições, seja pela deficiência ou pelo despreparo devido a suas vivências anteriores à trajetória universitária.

Muitas vezes, no início da convivência com frequência semanal ou até mesmo mais de uma vez por semana, o tutor pode se deparar com atitudes do tutorado que fazem com que surjam reflexões. Ocorre, frequentemente, o questionamento sobre certos comportamentos estarem ou não relacionados à condição do indivíduo, pois não é raro haver momentos em que o educando apresenta inquietude, irritabilidade, muitas queixas relativas à trajetória acadêmica e à sua vida pessoal, impaciência ou distração no momento de estudar o conteúdo ou fazer um trabalho.

Por outro lado, também não é aceitável permitir passivamente que se perpetue a situação de dependência, uma vez que um dos objetivos do processo de ensino e aprendizagem é a emancipação do sujeito, à qual todos têm direito. ALVES (2012), ao discorrer sobre a pedagogia freiriana, afirma que seu principal objetivo é o “compromisso com a emancipação de sujeitos humanos cuja existência se encontra marcada por contextos de desrespeito à vida e à vivência ativa da cidadania” (ALVES, 2012, p. 41).

É sabido que a sociedade é perpassada, ainda nos tempos atuais, por ideologias impregnadas de preconceito, de capacitismo e de exclusão. O desconhecimento acerca da natureza das deficiências e dos transtornos pelos quais algumas pessoas são acometidas é, sem dúvida, o que faz com que se perpetuem tais pensamentos e atitudes sociais negativos em relação a essas

peessoas. Uma das mais importantes conquistas da experiência com a tutoria foi perceber o quanto trabalhar com a inclusão pode ser libertador, nos libertar de ideologias que tomamos como verdades, especialmente sobre o modo de ensinar e aprender. FREIRE (1996) já dizia que “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção” (FREIRE, 1996, p. 13). A vivência como tutor nos permite perceber que não é somente de um modo ou em um único ritmo pré-estabelecido que se aprende e que, muitas vezes, os educandos que são subestimados têm, na verdade, um grande potencial a ser desenvolvido.

4. CONCLUSÕES

É provável que o tutor perceba, ao longo da jornada, que seu papel é ser um mediador, pois cabe a ele desenvolver a habilidade de olhar para o conteúdo a ser trabalhado e entender quais são as dificuldades que se impõem diante do tutorado, competência que irá adquirir somente tendo um olhar sensível acerca da perspectiva sob a qual aquele indivíduo vê, compreende e como reage ao mundo. Diferentes abordagens e metodologias devem ser testadas e é necessário ter a resiliência, essencial em uma futura docente, para compreender que nem todos os dias o planejado irá acontecer, poderão haver semanas em que a tutoria não ocorre como foi pensado previamente, em que o aluno não apresenta um rendimento satisfatório, porém isso não deve ser visto como uma razão para a desistência. É essencial, ter em vista, ainda, o que foi proposto por PIMENTEL e NASCIMENTO (2016), os quais defendem que a inclusão pressupõe mudanças arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas. Portanto, se faz necessário que as Instituições de Ensino Superior invistam, cada vez mais na capacitação de seus profissionais, não somente por meio de projetos de tutoria, mas também, capacitem e conscientizem todos os profissionais que atuam com o público, com destaque especial aos docentes, a fim de promover, para além do acesso, a permanência e o êxito acadêmico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Solange Maria. Freire e Vigotski: um diálogo entre a pedagogia freireana e a psicologia histórico-cultural. Chapecó, SC: Argos, 2012.

BRASIL (2015). LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 22 de setembro de 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PIMENTEL, Susana Couto; NASCIMENTO, Lucinéia Jesus. A construção da cultura inclusiva na escola regular: uma ação articulada pela equipe gestora. EccoS - Revista Científica, São Paulo, n. 39, p. 101-114, jan./abr. 2016.